

DIREITO ADMINISTRATIVO I

Prof. Fernando Menezes de Almeida

Módulo I – Princípios da Administração Pública

SITUAÇÃO PROBLEMA:

Nas eleições de 2016, Pedro foi eleito prefeito do Município M, capital do Estado E. Um dos principais problemas enfrentados pela prefeitura é a carência de vagas em creches, havendo hoje mais de 10.000 crianças na fila de espera por uma vaga. Poucos dias depois de tomar posse, Pedro publica um decreto que prevê a priorização, no preenchimento das vagas de creches municipais, de crianças cujos pais ou responsáveis legais se encontrem regularmente empregados.

Ana e seu filho Felipe, de 4 anos, constituem uma família monoparental. Atualmente Ana está procurando emprego, e sustenta-se produzindo e vendendo, autonomamente, doces caseiros. Ao saber da nova regra, Ana fica preocupada, pois seu filho aguarda na fila da creche há mais de um ano e deveria conseguir uma vaga nas próximas semanas. Com a aplicação imediata da nova regra, porém, Ana perderá diversas posições na fila. Caso não consiga deixar seu filho na creche, Ana não conseguirá conciliar a busca por empregos com suas atividades autônomas. Para entender melhor sua situação, Ana pretende solicitar à prefeitura a lista nominal da fila de espera, com a indicação de quais pessoas são favorecidas pela nova regra.

Para tanto, Ana procura ajuda de seus amigos, e elabora uma petição para a administração municipal expondo sua situação e solicitando providências em relação a seu caso.

Em resposta à petição, a Prefeitura rechaçou os pedidos de Ana, sustentando que (i) a fixação de critérios de prioridade encontra-se dentro da esfera de discricionariedade normativa da administração pública, não havendo violação ao princípio da legalidade; (ii) a distinção criada pelo decreto justifica-se em razão da maior necessidade de vaga dos pais que, por trabalharem, não tem com quem deixar seus filhos; (iii) negava acesso à lista de espera pois a divulgação viola o direito à vida privada e à intimidade das pessoas; e (iv) o mero fato de ter sido incluída na lista de espera anterior não constitui direito adquirido, de modo que alterações supervenientes na metodologia da lista têm aplicação imediata.

Indignada com a resposta dada pela Prefeitura, Ana vai ao seu escritório de advocacia para tomar as medidas judiciais cabíveis.

Você, como advogado/a de Ana, deverá elaborar uma petição inicial em ação judicial, refutando os argumentos da Prefeitura e pleiteando os direitos de sua cliente.

Instruções:

- O trabalho será elaborado em grupos de até três pessoas;
- A petição deverá ter entre 6 e 10 laudas, incluindo breve relato dos fatos, exposição do conteúdo jurídico e pedidos, e deverá abordar todos os argumentos suscitados na situação-problema;
- A petição não deverá ocupar-se dos aspectos formais e processuais da ação (forma, legitimidade das partes, adequação do instrumento processual, etc.);
- Fundamente seus argumentos utilizando citações legais, doutrinárias e jurisprudenciais sempre que possível;
- Formatação: Fonte: Arial ou Times New Roman, tamanho 12; o Espaçamento: 1,5 o Margens: 2,5cm; e
- O trabalho deverá ser entregue em arquivo .doc, por meio de link criado para tanto no Moodle, até 23h59 do dia 25 de abril.